

Bracher discute dívida com Greenspan

por Paulo Sotero
de Washington

O presidente do Banco Central (BC), Fernando Milliet, e o negociador da dívida externa e ex-presidente do BC, Fernão Bracher, tiveram um encontro de uma hora na manhã de ontem com o presidente do Federal Reserve Board, Alan Greenspan, em Washington. Os dois altos funcionários brasileiros reuniram-se, em seguida, por mais de hora e meia, com o secretário-adjunto do Tesouro para assuntos internacionais, David Mulford. As conversas, que incluíram uma panorâmica sobre os mais recentes desdobramentos da economia brasileira e as projeções das contas externas para o ano que vem, versaram, no particular, sobre a pauta de temas ligados à negociação de um acordo de refinanciamento de juros e principal, que o Brasil começou a buscar com os bancos, no início desta semana.

Bracher disse aos representantes norte-americanos que o governo brasileiro está empenhado em obter o acordo com os bancos até meados de janeiro, o prazo previsto pelo "entendimento preliminar" que o Brasil firmou com os credores no começo de novembro.

De acordo com o embaixador brasileiro em Washington, Marcílio Marques Moreira, que esteve presente aos dois encontros, a atitude de Greenspan e Mulford quanto ao acordo entre o Brasil e os bancos "foi muito positiva".

No início da tarde, en-

quanto Bracher regressava a Nova York, para retomar os contatos com os banqueiros, o presidente do Banco Central almoçou com William Seidman, presidente da Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC), a instituição federal que garante os depósitos bancários nos EUA.

Segundo Marques Moreira, o principal interesse de Milliet, na conversa com Seidman, foi o próprio funcionamento da FDIC. Há anos o BC namora a idéia de criar uma instituição com funções semelhantes no Brasil.

O Departamento do Tesouro e o Federal Reserve foram os dois órgãos do governo norte-americano que apadrinharam o "entendimento preliminar" entre o Brasil e os bancos. O entendimento prevê um empréstimo de curto prazo de US\$ 3 bilhões, dos bancos, que deve ser fechado até a próxima semana e servirá para refinarar uma parte substancial da conta de juros de 1987. Ele estabeleceu, por outro lado, um cronograma para as negociações de um acordo de maior fôlego.

Falando aos jornalistas em Nova York, na última terça-feira, o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, afirmou que se até lá os bancos não concordarem com os termos de um acordo, o Brasil voltará a moratória em janeiro, depois de havê-la suspendido brevemente, pagando um terço dos juros de outubro, novembro e dezembro, como está previsto no "entendimento preliminar".

O ministro afirmou também que ocorrendo a hipótese oposta, ou seja, havendo acordo, o governo brasileiro reivindicará a montagem de algum dispositivo, sob a forma de um empréstimo-ponte ou algum outro mecanismo interino, para permitir ao País continuar pagando os juros de janeiro de 1988 em diante. E duvidoso, contudo, que as declarações de Bresser produzirão o efeito desejado de pressionar os bancos a fazer as concessões necessárias para alcançar o acordo.

Independente da realidade dos fatos, a aparente controvérsia criada entre o Planalto e o Ministério da Fazenda sobre a criação de um imposto sobre a riqueza foi relatada ontem pelo Wall Street Journal como mais um sintoma do isolamento político do ministro e reforçou a impressão de que Bresser não conseguirá apoio no governo para implementar as medidas de ajustamento econômico que está preparando.

No que toca à renegociação da dívida, Bresser tem sido criticado até por assessores que designou para participar das conversas com os banqueiros por fazer declarações semelhantes às que fez ontem. "Mas ele disse isso 'on the record'", espantou-se um representante do governo ao ouvir ontem um relato sobre as afirmações que o ministro fizera sobre a dívida, na terça-feira, em Nova York.

Embora exista, entre executivos de grandes bancos credores, dúvidas sobre o grau de envolvimento

e de poder de decisão do ministro da Fazenda nas negociações da dívida externa, a fragilidade de Bresser tende a complicar ainda mais uma negociação que, em circunstâncias ideais, já seria difícil.

"A posição brasileira de querer desvincular o acordo dos bancos com o acordo com o FMI é uma fantasia".

Disse uma fonte do comitê a este jornal. "Os bancos não vão aceitar em prestar dinheiro ao Brasil antes de saber quanto o País vai levantar nos organismos oficiais — e isso ficará claro depois que o governo brasileiro negociar o acordo com o FMI."

O banqueiro afirmou

que, diante disso, é pouco provável que as duas partes cheguem a um entendimento até meados de janeiro. "O que provavelmente

vai acontecer é que nós vamos esticar os prazos previstos no entendimento preliminar e ir ganhando tempo", previu o banqueiro.